

Insegurança nas escolas

10 SET 1986

JOSÉ QUINTAS
Especial para o CORREIO

DF - Educação

A insegurança e violência nas escolas têm ocupado as manchetes dos jornais e o dia-a-dia da comunidade, causando grande preocupação aos órgãos que respondem pelo ensino no Distrito Federal. Esta discussão envolve, frequentemente, as condições físicas das escolas e medidas de proteção contra a violência externa. A solução, entretanto, não pode ficar restrita às formas de controle dos efeitos da violência, por se tratar de um problema social mais amplo, que exige uma nova postura da escola em seu relacionamento com a comunidade.

O processo de implantação do planejamento descentralizado na Fundação Educacional prevê a elaboração de propostas de trabalho a partir da realidade local, para consolidação do Plano de Ação de 87 da Fundação. A medida em que a escola passe a ter como referência básica para o seu trabalho o contexto do aluno e o cotidiano da comunidade, problemas e necessidades da população deverão aflorar, demandando da escola novas respostas. O trabalho de ensino-aprendizagem necessita, então, incorporar experiências, fenômenos, problemas presentes no contexto em que a escola se situa, em todos os aspectos, desde o mundo do trabalho, o mundo das idéias, até a questão da violência.

Se o problema existe, a escola não pode fechar os olhos. É preciso trabalhar também com este fenômeno, numa perspectiva crítica, lembrando que a violência decorre de questões sociais mais amplas. Dentro da nova proposta de interação com a comunidade, a abordagem da violência passa por três níveis de trabalho: as formas de conviver com o problema e encaminhar a discussão da questão com a comunidade; a adoção do tema violência como conteúdo curricular e a discussão sobre a legiti-

midade da escola perante a comunidade.

Em Brasília, os níveis de violência se intensificaram nos últimos seis anos, atingindo agora proporções alarmantes, no Plano Piloto e nas cidades-satélites, onde os índices de roubos, agressões e assassinatos são ainda mais altos. Esta é a violência que ocupa as manchetes de jornais, provocando grande discussão sobre as formas de controlar os seus efeitos. Na perspectiva adotada atualmente pela direção da FEDF, é necessário que a violência seja vista, também, em suas causas e discutida como um fenômeno que permeia e sustenta as relações de dominação em todas as esferas. Há violência na desapropriação da terra, na concentração da renda, na carência de serviços públicos, nas relações de trabalho, nas relações familiares, na educação tradicional, há violência na própria escola, à medida em que se impõe currículos e programas ao professor e que este é levado a uma relação autoritária com o aluno. Da mesma forma, a desapropriação do direito à identidade cultural, num país como o Brasil, marcado pela diversidade e pluralidade cultural, se constitui, igualmente, numa forma de violência contra os diversos grupos sociais impedidos de afirmar seus próprios valores.

Abri-do-se à comunidade, a escola terá que conviver com a violência, à medida em que ela está presente em seu dia-a-dia. Não de forma passiva, mas, como espaço de reflexão e organização da comunidade, buscando formas de conviver com esse processo. Quais são as formas de violência que atingem a comunidade? Quais as opções da escola e da comunidade para encaminhar o problema? Qual poderia ser a articulação entre a escola, outros órgãos públicos e entidades da sociedade civil para um trabalho conjunto?

Como um fenômeno com raízes políticas, econômicas, sociais e culturais, a violência exigiria uma mobilização global para a adoção de medidas que tratassem realmente de suas causas. Como instrumento de mobilização da comunidade, a escola poderá chegar a contribuir para as transformações necessárias à superação do problema, dentro de suas limitações para resolvê-lo. Se necessita conviver com a violência, a escola, à medida em que se abre à comunidade, num processo de troca e interação, caminha junto com a população na busca de soluções. A relação de interpenetração escola-contexto poderá proporcionar à escola, de outro lado, novas formas de reconhecimento por parte da comunidade. Sendo quebrada a barreira entre o que acontece dentro e fora da escola, e à medida em que a escola respeita e incorpora o processo cultural que ocorre na comunidade, as relações se estreitam. As experiências mostram que a legitimidade da escola aumenta com esta aproximação, pois ela passa ser um bem daquela comunidade. Sem uma legitimidade construída por práticas educacionais democráticas, a escola sofre os mesmos tipos de violência que atravessam toda a sociedade, e neste sentido fica restrita à adoção de medidas defensivas, como o policiamento e a construção de muros altos. Com maior legitimidade, a escola talvez passe a ser tratada como um bem a ser defendido pela comunidade como um todo, um bem a ser preservado de forma semelhante às entidades de lazer ou religiosas, como as escolas de samba e as igrejas, que não costumam sofrer sistematicamente violências (exceto furtos de objetos de valor).

José Silva Quintas é diretor-executivo da Fundação Educacional